



Entre moscas e monstros: construindo escalas, refletindo sobre história local¹

Haydée Figueiredo²

Luís Reznik³

Marcia de Almeida Gonçalves⁴

Começaremos nossas reflexões com uma dessas experiências de infância que o ir e vir das imagens de memória volta e meia traz à tona. Em tempos idos, que já não mais consigo precisar, um dos signatários adquiriu fascículos de uma coleção, vendidos semanalmente nas bancas de revistas, versando sobre ciências biológicas. Nos números iniciais, como brinde, vieram as peças de um microscópio para ser construído passo a passo pelo colecionador e explorador em potencial.

Montado, penosamente, o que passou a ser o mais novo e espetacular brinquedo da casa, agradável e aterrorizante surpresa foi perceber moscas e formigas transformando-se em seres grandiosos, patas com pelos, asas multicoloridas, olhos desproporcionais, monstros dignos de qualquer um daqueles seriados japoneses povoados de criaturas gigantescas e hediondas.

Curiosamente, essas evanescentes imagens e memórias ocorreram por ocasião de estudos mais direcionados acerca do que se convencionou chamar de história local. Na brincadeira de ensaiar observações científicas, no uso despretensioso de um pequeno e simples microscópio, a constatação de que moscas viravam monstros, em função de um jogo de lentes. Para o olhar infantil, isso era a mágica de apresentar uma outra coisa tão diferente do inseto ali aprisionado; para o olhar atual, tornou-se a verificação de que a mudança da escala de observação pode gerar um outro efeito de conhecimento.

De posse dessa perspectiva é que pretendemos circunscrever nossos eixos de problematização acerca da história de São Gonçalo. A região é hoje um dos municípios mais populosos do Estado do Rio de Janeiro, situado, em sua maior extensão, na orla da baía de Guanabara. Essa antiga freguesia, nomeada por mais um dos santos de devoção dos portugueses que por essas praias aportaram em meados do século XVI, tornou-se para nós um campo de possibilidades e experimentações.

Refletir sobre história local, no momento atual das produções e discussões historiográficas, nos remete necessariamente a uma interseção com a micro-história. Conceito imputado a historiadores italianos - Carlo Ginzburg e Giovanni Levi - fundadores da revista intitulada *Quaderno Storici*, e diretores da coleção *Microstorie*, publicada pela Editora Einaudi, na década de oitenta⁵, a micro-história acabou por adquirir status de variante, com contornos muito próprios, entre os caminhos até então trilhados por autores afinados com a construção de uma história social e cultural centrada em escalas mais circunscritas de análise das relações sociais.

Segundo esse ponto de vista, enfoques sobre as histórias particulares de indivíduos, vilarejos, grupos específicos - entre instituições, associações e classes - passaram a ser privilegiados entre os objetos e objetivos dos que procuraram valorizar o “micro”. Mais do que uma diferenciação em termos de objetos de estudo, a micro-história definiu-se por escolhas metodológicas que hoje passam a ser mais problematizadas por seus realizadores, entusiastas e críticos.

Para Jacques Revel, ela deve ser encarada como um *sintoma historiográfico*, pois constitui-se, na prática, como uma espécie de reação contra certas metodologias e eixos conceituais consagrados por produções da história social dimensionadas pelo paradigma de uma inteligibilidade global do social, e centradas na confiança e na eficácia de uma abordagem macrossocial totalizadora.

O questionamento desses pressupostos, trouxe, entre outras contribuições, o ato de submeter certos recortes de análise até então consagrados pelos métodos de quantificação - a paróquia, o conjunto regional, a cidade, a profissão - a revisões do uso dessas categorias⁶. Assim a preferência pela construção de séries, em particular na demografia histórica, onde somente a correlação de diversos dados isolados sustentaria análises sobre aspectos da vida social, veio a ser relativizada sob o prisma de valorização daqueles casos particulares e únicos.

Revel acrescenta que a micro-história pautou-se na mudança das escalas de análise, com isso produzindo diferentes *efeitos de conhecimento*. Como no uso de uma lente objetiva, em fotografia, o enquadramento do objeto focado não se limita a mera ampliação ou redução do mesmo, mas a própria maneira de apresentar sua forma. Em uma outra perspectiva, a arte e as técnicas cartográficas não consistem apenas em apresentar em diversos tamanhos uma paisagem que se quer fixa e constante, a escolha da escala e sua explicitação é a chave de criação e de leitura para os conteúdos desse tipo de representação, e de apropriação cognitiva, do espaço geográfico⁷. Foi por intermédio dessas



premissas que conseguimos conjugar microscópios, moscas e monstros a outros efeitos de conhecimento.

Nesse quadro de revisões e atualizações, insere-se a reflexão sobre o *local* enquanto circunscrição de espaços sociais de menores proporções se comparados a delimitações mais abrangentes como o nacional. Não podemos contudo conceituar o que é o local pela mera oposição com o nacional. No nosso entender, mais do que uma oposição, existe uma relação, discernível a partir das escalas de observação e recortes temáticos que informam o olhar do historiador. O local configura-se então como um recorte temático eleito pelo historiador a partir de uma escala igualmente construída por este.

Em parte devido às heranças de uma produção historiográfica oitocentista, o recorte priorizador do nacional estabeleceu-se como o campo de trabalho fundamental das tantas histórias que deveriam ser escritas em prol da cristalização, preservação e criação dos valores constitutivos das nacionalidades. No caso da historiografia brasileira, essa constatação é ainda mais notória, posto que a construção de um governo de Estado soberano e independente antecedeu à sedimentação de qualquer sentimento de nacionalidade propriamente dito.

Podemos afirmar que o sentimento de nacionalidade brasileiro, foi edificado sob os auspícios de um governo monárquico que, orientado pelo princípio da centralização e pelo temor da fragmentação territorial, tornou-se um dos principais agentes interessado em apagar e soterrar memórias e referências de pertencimento marcadas por localismos e regionalismos. Nessa empreitada, a criação do Arquivo Nacional e, especialmente, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, durante as Regências, encabeçaram, emblematicamente, o conjunto de esforços institucionais no campo de produção de uma historiografia nacional.

Enganam-se, todavia, aqueles que julgam que a eleição de um local, sob a perspectiva de uma história local, implica uma simplificação do número de variantes e aspectos da trama social. O local, alçado em categoria central de análise, pode vir a constituir uma nova densidade no quadro das interdependências entre agentes e fatores constitutivos de determinadas experiências históricas então eleitas pela lupa do historiador. Nessa nova pintura, cada aparente detalhe, insignificante para um olhar apressado ou na busca exclusiva dos grandes contornos, adquire valor e significado na rede de relações plurais de seus múltiplos elementos constitutivos.

Em particular, consideramos a abordagem sob o recorte da história local um campo privilegiado de investigação para os diversos níveis em que se trançam e constituem as relações de poder entre indivíduos, grupos e instituições. Acreditamos também que é no traçado local dessas redes e efeitos de poder que conseguimos construir outras interpretações para os complexos processos de sedimentação de identidades sociais. Por fim, julgamos que tais perspectivas nos permitam elaborar narrativas históricas de outra natureza, próximas, em parte, das boas lições literárias.

Partindo dessas premissas é que decidimos trilhar caminhos de reflexão sobre as histórias de São Gonçalo no âmbito das redes de interseção entre o local e o nacional. Buscamos, com isso, não só outros efeitos de conhecimento, mas igualmente aplicabilidades pedagógicas para a formação de professores-pesquisadores. Talvez algumas exemplificações no campo das experiências históricas de grupos que ali viveram nos auxiliem na explicitação desses eixos de análise.

A elevação do povoado de São Gonçalo à categoria de freguesia subordinada à administração do Senado da Câmara da vila do Rio de Janeiro, capital da capitania real do Rio de Janeiro, ocorreu em 1647. Divisões e hierarquias no âmbito das ações políticas e administrativas da Coroa de Portugal empenhada na aventura de colonização das *terras genericamente chamadas de Brasil*⁸, em especial no quadro de fragilização dessa mesma Coroa por conta do fim da União Ibérica e da Restauração sob a direção da dinastia de Bragança.

A eleição dessa abordagem para a história de São Gonçalo obedece, notoriamente, a uma escala e a uma direção de análise, qual seja, aquela que prioriza a inserção do povoado de São Gonçalo no campo das ações e efeitos de poder de um sujeito fundamental - a Coroa portuguesa - na determinação de rumos da ocupação, exploração e controle de populações e territórios incluídos no conjunto das possessões coloniais lusitanas.

A eleição do recorte temático pelo viés do que estamos apresentando como história local não abandonaria esse referencial consagrado - a elevação de São Gonçalo à categoria de freguesia. Tal recorte seria interpretado por outro escala de análise, que, a princípio, partiria da tessitura das relações sociais no povoado em questão.

Para tanto o ano 1647 não seria apenas o ponto de partida de uma narrativa centrada no enfoque político de natureza burocrática e administrativa. O fato em si, a transformação em freguesia, viria a ser



interpretado em função do ponto de vista de compreender as ações da Coroa portuguesa como algo em íntima interdependência com as experiências daqueles colonos e colonizados que edificaram o povoado de São Gonçalo, materializando-o enquanto núcleo de povoamento estratégico e fundamental para a ocupação e fixação da posse de terras na orla da baía de Guanabara, sob o controle da dinastia de Bragança. Nessa outra narrativa, a ordem de apresentação e de importância dos sujeitos enunciados buscaria situá-los no campo de uma mesma valorização participativa de suas experiências.

Feita essa escolha, a história do que veio a ser a freguesia de São Gonçalo nos remeteria ao início da tessitura de novas relações sociais no quadro do se constituiu como o momento do “encontro” entre conquistadores europeus de um “Novo Mundo” e as populações ameríndias, grupos tupis, que habitavam as áreas litorâneas próximas à baía de Guanabara.

Nesse contexto, ou como nos alerta Jacques Revel, nesse possível efeito de realidade edificado pela investigação imaginativa e pela retórica do historiador⁹, as lutas entre franceses e portugueses pela fixação da posse da cobiçada baía no litoral sul, a vitória desses últimos, as alianças estratégicas com os grupos indígenas locais, a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a criação da capitania real de mesmo nome, as primeiras doações de sesmarias em pontos variados da orla da baía, o cultivo sistemático da lavoura de cana, o surgimento de engenhos e de capelas seriam apenas alguns de uma miríade de acontecimentos situados nesse nebuloso momento do “encontro”, no decorrer da segunda metade do século XVI.

A prioridade concedida ao local, no nosso caso o povoado de São Gonçalo, e mais do que isso, à tessitura de relações sociais que ali se traçaram, é, num certo sentido, uma possibilidade de construção de outras versões para as experiências múltiplas que compuseram a colonização das terras americanas por súditos a serviço da Coroa de Portugal. É mais uma vez Jacques Revel que nos alerta para o enfoque de que

(...) não existe portanto hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrosociais: é (...) uma versão diferente.¹⁰

Feitas essas considerações, a história do naufrago que, em graças pela salvação, ergueu capela para Nossa Senhora da Luz, edificando, mal sabia ele, o que historiadores ávidos por vestígios de tempos passados, identificaram e nomearam como mais um dos monumentos da ocupação e colonização portuguesa na terras da orla da baía, na área do que veio ser a Fazenda da Luz, uma das que pertenceram à freguesia de São Gonçalo, transforma-se em um referencial de análise tão digno de valor quanto o referencial clássico do surgimento político-administrativo da freguesia em questão.

Nessa outra narrativa, como estamos procurando frisar, o enredo desloca-se dos modorrentos e aparentemente sem vida atos e decisões de um governo fisicamente situado no além-mar para o que seria o cotidiano daqueles sujeitos - sem nomes próprios preservados nos registros de ações e memórias -, mas que fizeram e povoaram a cena da aventura de colonização nas terras da América. Nesse deslocamento, o anonimato de tantos colonos e colonizados, na miríade entrelaçada de suas experiências particulares, passa a direcionar a lupa do contador de histórias.

A mudança da escala de observação e construção de análises para esse exemplo específico - o surgimento da freguesia de São Gonçalo - nos parece digna de valor também em função de viabilizar outra perspectiva de abordar as injunções de poder inscritas nas diversas esferas da vida social. A tradicional dicotomia centro/periferia é revista sob o ângulo de enfatizar as práticas de circulação, negociação e apropriação que informam todo e qualquer exercício de autoridade política então constituída por experiências de conquista e confronto entre grupos, sociedades e indivíduos. Retomemos mais uma vez nosso exemplo histórico.

Colonos e aventureiros que apoiaram a empreitada comandada por Estácio de Sá, sobrinho do governador-geral Mem de Sá, na tarefa de derrotar franceses instalados na baía de Guanabara, não o fizeram sem a perspectiva arriscada de receber reconhecimentos e benefícios materiais por tamanho feito e serviço prestado à Coroa portuguesa. No momento da segunda fundação da cidade do Rio de Janeiro, em 1565, sesmarias foram doadas a esses aventureiros e colaboradores em ambas as margens da baía de Guanabara, inaugurando a chegada dos primeiros colonos na área onde viria surgir o povoado de São Gonçalo.

Na negociação incerta entre cooperação militar, recebimento de terras, povoamento e exploração



econômica, constituíram-se as possibilidades circunstanciais da colonização portuguesa nas terras da América. Na trajetória particular dos que se estabeleceram nas terras próximas aos rios Imbuassu e Guaxindiba - hoje pertencentes ao município de São Gonçalo – constatamos a experiência das negociações entre colonos e colonizadores envolvidos nas tentativas de conquista e fixação em terras do Novo Mundo.

Acreditamos que justamente nesses campos mais circunscritos de construção das relações sociais é que se possam promover análises mais factíveis dos imbricados processos de sedimentação das identidades sociais, em particular dos sentimentos de pertencimento e dos vínculos afetivos que agregam homens, mulheres e crianças na partilha de valores comuns, no gosto de se sentir ligado a um grupo e não a outro. Pertencimento, por sua vez, associado a uma experiência coletiva a qual se soma também o valor de posse e controle sobre uma terra específica, lugar geográfico de uma territorialidade cuja existência material fundamenta o código de referências de uma mesma identidade social.

Nesse sentido, mesmo um olhar rápido sobre a toponímia de uma determinada região atesta os resultados parciais das disputas pelo controle e posse do território. Nos mapas de cartógrafos portugueses – registros dos esforços de se conhecer aquelas terras – visualizamos uma convivência aparentemente pacífica e inerte entre os nomes de santos católicos concedidos a tantos núcleos de povoamento fundados pelos homens que vieram do mar e as designações em tupi de um outro mapeamento da paisagem geográfica. No ato cotidiano de nomear lugares repousa, como sabemos, uma das primeiras tentativas de circunscrever identidades e identidades.

Os que enredaram suas vidas na aventura de conquistar outras terras e de se confrontar com outros no estabelecimento dessa conquista cristalizaram vivências e memórias em comum, estabelecendo involuntariamente identidades fundadoras de campos de sociabilidade. Arriscamos, aqui, num exercício de imaginação livre, que a elevação de São Gonçalo à freguesia, permitiu aos *homens bons* daquela localidade o reforço do sentimento de pertencimento à um núcleo de povoamento que se afirmava em importância política-administrativa para os fins perseguidos pela colonização portuguesa na América.

Esse conjunto de reflexões, desenvolvidas até aqui, nesse texto, inspiraram um projeto acadêmico para a formação de professores-pesquisadores de história, desenvolvido no Campus Regional da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em São Gonçalo. A inspiração estava ali mesmo: jovens estudantes de História, moradores de São Gonçalo e futuros professores em suas escolas de ensino fundamental e médio. Na formação para o ofício do historiador, experimentada compulsoriamente pela monografia de final de curso, a vontade de narrar, explicar, recordar, esquadriar aquele espaço social, local de suas vivências e memórias afetivas. Desejo quase inacessível, difícil caminho de lidar com registros dispersos, silenciados por uma identidade difusa, sufocada pela proximidade com duas cidades capitais: Niterói e Rio de Janeiro. Estranho destino das localidades satélites, que cresceram à sombra de gigantes e são por eles encantadas e obscurecidas.

Visões contraditórias, entre o feio e o idílico, entre a detração e o ufanismo ingênuo, entre o desejo do exílio e a afirmação desesperada do localismo, permeiam essa identidade. Identidade esmaecida, assegurada e vivificada, em grande parte, pelo poder público instituído. Nessa frágil cumplicidade entre cidadãos e Estado local, ganha centralidade as rotinas do poder executivo municipal, em particular a escola municipal e a disciplina História do Município como instância socializadora da criança na comunidade circundante.

A despeito da sedução inerente ao exercício da livre imaginação, ainda não perdemos de vista algumas das amarras que sustentam o trabalho do historiador. Esse, enquanto investigador, pauta seus métodos na crítica documental, e elabora suas narrativas por intermédio de uma boa costura conceitual e teórica das interpretações e usos e abusos dos registros documentais.

Mais do que um projeto, configura-se como um programa de ação: envolver alunos, professores e comunidade gonçalense na construção de Histórias daquele local.

1) O primeiro produto de nossas investidas foi a elaboração de um **guia de fontes**, já editado pela UERJ¹¹. Elaborá-lo foi a maneira mais direta de dizer que existe um número considerável de registros documentais disponíveis, cuja utilização ainda aguarda sentidos e significações que dependem do ofício do historiador.

Levantar esse material, organizá-lo em um suporte passível de divulgação para toda a comunidade,



representou retirá-lo do silêncio e do esquecimento, abrindo caminho para a multiplicação de narrativas. Por outro lado, num jogo curioso, foi com muito prazer que verificamos ter estimulado, em algumas instituições, um maior cuidado com o seu próprio acervo, no sentido de vivificá-lo (em nítido contraste com a concepção de “arquivo morto”).

O Guia busca relacionar instituições e seus respectivos acervos, tal como por ela catalogados¹². Começamos a pesquisar a documentação pelas instituições tradicionais e consagradas, freqüentadas há longa data por pesquisadores da história fluminense, possuidoras de acervos identificados e com instrumentos de busca consolidados: o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e o Arquivo Nacional. Neste último, entre outros documentos, as cartas de sesmarias concedidas aos colonos. No primeiro, uma rica documentação do poder executivo provincial e estadual, durante esses dois últimos séculos, no que seria pertinente à região de São Gonçalo, além de relatórios de responsáveis por secretarias e governos.

Fechando o círculo vinculado à documentação produzida pelos poderes públicos, encaminhamo-nos à esfera municipal: Arquivo do Patrimônio da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Arquivo da Câmara Municipal de São Gonçalo, Centro Cultural Prefeito Joaquim Lavoura. Note-se um vastíssimo acervo relacionado ao século XX - o Município de São Gonçalo foi criado com a República. Fica a impressão, pelo cotejo com a bibliografia existente, do ineditismo do mesmo.

Em contraponto, os caminhos recentes dos estudos historiográficos nos levaram ao Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Niterói. Os arquivos paroquiais, particularmente os livros de batismos, casamentos e óbitos - registros que eram considerados oficiais até fins do século passado¹³ - vêm sendo vasculhados, quantificados, qualificados, como uma decorrência das preocupações e métodos consolidados, hoje, nos cursos de Pós-Graduação de História no país e no exterior

Um outro grupo de instituições relaciona-se com a preocupação de identificar registros da imprensa escrita. Na seção de periódicos da Biblioteca Nacional selecionamos quatro periódicos publicados em São Gonçalo. Ainda que cientes da possibilidade de registros sobre a região em jornais de circulação ampliada, particularmente aqueles com sede em Niterói, não cabia, no âmbito da pesquisa em questão, investigar esses outros periódicos. Exceção a esta regra, o único que não podemos nos furtar de recomendar é *O Fluminense*, jornal de maior circulação no antigo Estado do Rio de Janeiro, microfilmado na Biblioteca Nacional. Na sua sede atual, em Niterói, encontramos recortes específicos sobre São Gonçalo.

Destaque deve ser concedido ao acervo do jornal *O São Gonçalo*. Principal órgão de imprensa do município, mantém em sua sede, praticamente, uma coleção completa. O jornal foi, durante muitos anos, *locus* de encontro entre as elites dirigentes da região: empresários, governantes, maçons. Essas pistas nos abrem um outro conjunto de possibilidades. Assumimos como problema a perspectiva de mapear instituições privadas cujos fins não se relacionam diretamente à preservação de acervos documentais.

A Associação Comercial de São Gonçalo, o Sindicato dos Professores de Niterói e São Gonçalo, o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, a Primeira Igreja Batista de São Gonçalo e o Instituto de Educação Clélia Nanci são a ponta de um *iceberg*. Confirmaram, particularmente a primeira dessas instituições, através de *corpi* documentais extensos e inéditos, um precioso caminho que pode ser trilhado. A historiografia brasileira produziu bons trabalhos cujas fontes se sedimentam em instituições escolares, sindicais, empresariais ou religiosas.

Neste sentido, aqueles acervos constam desse Guia enquanto exemplares: em primeiro lugar, porque são únicos, já que não encontramos registros documentais preservados em todas as instituições visitadas como, por exemplo, as lojas maçônicas e outros sindicatos; em segundo lugar, porque são propostas de pesquisa, caminhos possíveis no entrecruzamento entre a escassez de registros e a pluralidade de questões suscitadas pelo historiador.

2) Paralelamente à pesquisa documental para a elaboração do Guia de Fontes, relacionamos e discutimos a produção bibliográfica sobre a História de São Gonçalo¹⁴. A constatação de sua escassez se, por um lado, reforçou o empreendimento anterior, estimulou-nos a uma nova empreitada: a construção de Histórias sobre São Gonçalo.

Relatórios de inspetores de ensino em escolas gonçalenses de finais do século XIX, registros de óbitos em paróquias de meados daquele século, registros de batismos do século XVIII, inventários de proprietários gonçalenses acusados pela visita inquisitorial, nos setecentos, atas da Associação Comercial dos anos 30 deste século, debates parlamentares na Câmara de Vereadores nas décadas de



1940 e 1950, entre outros registros selecionados, viabilizaram na prática uma reflexão sob o recorte temático e conceitual da história local.

No curso da produção desses ensaios de análise documental, realizados com alunos bolsistas do projeto *Analisando documentos sobre a história de São Gonçalo*, não só iniciamos uma reflexão mais sistemática sobre o que significava eger o recorte do local, como também nos demos conta da riqueza dos potenciais de utilização pedagógica desse tipo de abordagem para o ensino da história. Desse último encantamento, derivou-se o projeto, em curso, de elaboração de um **livro didático** sobre a história de São Gonçalo.

Elegemos, através dos registros disponíveis, cinco flagrantes da História de São Gonçalo: I) a criação da Freguesia, em 1647; II) a sociedade mercantil escravista, no século XVIII; III) a criação do Município, na segunda metade do século XIX; IV) São Gonçalo industrial, nos anos 30 deste século; V) no limiar do século XXI.

São “momentos reveladores”, já que:

- a) a construção de uma narrativa densa irá reconstituir dilemas e vivências de personagens concretos, tão humanos quanto os leitores.
- b) configuram experiências distintas entre si, isto é, registram sociedades diferentes, demarcando a transformação sofrida no tempo por esse mesmo local - São Gonçalo. Apontam, por isso, para um outro recorte para as dimensões do passado. o passado não tem apenas uma dimensão cronológica, vinculado à noção de sucessão no tempo, mas é o lugar de uma alteridade.
- c) condensam elementos que viabilizam pintar uma paisagem histórica. Para dar um exemplo, e como já mencionado nesse texto, a criação da freguesia de São Gonçalo, em 1647, expressa o jogo de tensões vividas na ocupação, conquista e povoamento das “terras genericamente chamadas Brasil”.
- d) apontam para a construção da identidade local. A imagem que nos vem à mente é a do trabalho do arqueólogo, que escava no mesmo lugar, descobrindo camadas estratigráficas, reveladoras de circunstâncias singulares. A imagem reitera a afirmação de que toda e qualquer identidade social, constituída em diferentes momentos, é uma constante reelaboração. O trabalho do historiador é, nesse sentido, mais uma estratégia de reelaboração e reificação da identidade social.

Formando professores e pesquisadores na área de história, em uma faculdade situada em São Gonçalo, descobrimos pela prática fundamentada na constante reelaboração conceitual e teórica, que o recorte do local, nas suas interdependências com a micro-história, nos seus jogos de escalas, redimensiona as possibilidades de contar tantas histórias, na brincadeira saudável e mágica de ver coisas que antes não existiam, na boa surpresa de descobrir outros efeitos de conhecimento e de crítica de nossas práticas e valores culturais.

¹ Esse trabalho se integra ao conjunto de atividades desenvolvidas no Laboratório de Pesquisa Histórica sobre a História de São Gonçalo, vinculado ao Departamento de Ciências Humanas/FFP/UERJ. Apresentado no IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História, realizado em Ijuí, Rio Grande do Sul, em 1999. publicado nos Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000. p. 544-553.

² Professora do Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Mestra em Educação pela PUC-RJ.

³ Professor do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da UERJ e do Departamento de História da PUC-RJ. Doutorando em Ciência Política pelo IUPERJ.

⁴ Professora do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores e do Departamento de História/IFCH da UERJ. Doutoranda em História Social pela USP.

⁵ Cf. Jacques Revel. “Microanálise e construção do social”. In *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988, p.16. Ver também Giovanni Levi. “Sobre a micro-história”. In Peter Burke(org). *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo, Editora da UNESP, 1992. p. 135.

⁶ Cf. Jacques Revel. *Op. cit.*. pp.16-19.

⁷ Idem. p.20.

⁸ Essa designação foi utilizada por D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro do ultramar do príncipe regente D. João, no seu *Discurso pronunciado perante a Junta de Ministros e outras pessoas sobre assuntos referentes ao desenvolvimento econômico e financeiro de Portugal e Domínios Ultramarinos*,



principalmente o Brasil, em 1798. Apud. Maria de Lourdes Viana Lyra. A utopia do poderoso Império. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994. p. 65.

⁹ Cf. Jacques Revel. Op. cit., p. 27.

¹⁰ Cf. Jacques Revel. Op. cit., p. 28.

¹¹ Marcia de A. Gonçalves e Luís Reznik (orgs.). Guia de Fontes para a História de São Gonçalo. São Gonçalo: UERJ, Faculdade de Formação de Professores, Laboratório de Pesquisa Histórica, 1999.

¹² Boa parte da descrição que segue, até o fim do item 1, foi retirado de Marcia de A Gonçalves e Luís Reznik. “Introdução: esboçando o mosaico” In: Guia de Fontes..., op. cit.

¹³ Lembremos a jurisdição eclesiástica sobre estas esferas da vida civil durante o período imperial.

¹⁴ Ver Sandra Mara Silva de Lima. “Nos caminhos de Homero: entre memórias e Histórias. Um ensaio sobre a historiografia gonçalense” In: Marcia de A. Gonçalves e Luís Reznik. op. cit., pp. 23 a 42.